

## CONFIGURAÇÕES SINTÁTICO-SEMÂNTICAS DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS ESPECIALIZADAS: O CASO DO LÉXICO MILITAR

Sabrina Araújo PACHECO\*

*ABSTRACT: In order to study a lexicon, it is indispensable to analyze its phraseology. Usually, phraseologisms do not receive an appropriate and uniform treatment on dictionaries and glossaries, what constitutes an obstacle for translations and for foreign and native language's teaching-learning situations. It occurs because these expressions have different fixation levels, becoming an object of difficult analysis and classification. It is necessary to advance on descriptive studies, both within the common language as well as on a specialized language, to have an objective and systematic treatment of phraseology. Accordingly, the purpose of this study is to identify, analyze and describe some syntactic and semantic properties of verbal phraseology from the Brazilian Army's Regulations. Besides being relevant to phraseological studies of lexicon in general, this work may also be an important contribution to the formulation of military materials, particularly dictionaries and glossaries of Brazilian Army.*

*KEYWORDS: lexicon; phraseologisms; specialized language; Brazilian Army; syntactic and semantic properties.*

### 1. Introdução

Um dos maiores desafios no estudo de um léxico é a interpretação de suas Unidades Fraseológicas (UF), visto que, devido a sua heterogeneidade e complexidade, essas construções lingüísticas, na maioria das vezes, não recebem um tratamento sistemático em dicionários e glossários. Para Gross (1982), um dos grandes obstáculos no desenvolvimento do estudo dessas expressões, chamadas por ele de *expressions figées*, foi o fato de muitos lingüistas as considerarem como exceções da língua e não tentarem propor uma abordagem científica para elas. No entanto, o autor ressalta que tais construções ocupam no léxico um volume comparável àquele das formas livres correspondentes.

O objetivo deste trabalho foi identificar e analisar Unidades Fraseológicas Especializadas (UFE) pertencentes a regulamentos do Exército Brasileiro, bem como descrever, de forma breve, algumas de suas propriedades sintático-semânticas. Para tanto, inicialmente, realizamos um estudo das UF na língua comum, examinando as definições e as classificações dadas a essas unidades, por diferentes autores, ao longo dos anos. Para uma melhor compreensão dessas construções lingüísticas em discursos especializados, servimo-nos da distinção entre UFE e termo proposta por Gouadec (1994). Além disso, tomamos como base as contribuições de Bevilacqua (2004) sobre a definição e as características sintáticas e semânticas das UFE.

Este trabalho, além de ser relevante para os estudos fraseológicos, tanto no âmbito da língua comum como em linguagem de especialidade, pode ser uma importante contribuição para a tradução de documentos militares, assim como para a compilação de dicionários e glossários do Exército Brasileiro, os quais não contemplam as UFE.

---

\* Aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## 2. Definições e classificações das UF no âmbito da língua comum: importantes contribuições

As UF são definidas por muitos autores como combinatórias léxicas que possuem diversos graus de fixação<sup>1</sup>, o que as torna um objeto de difícil análise e descrição. É importante ressaltar que a fixação compreende tanto as relações sintáticas quanto as relações semânticas que ocorrem entre os elementos que formam uma UF. A expressão “ter os olhos maiores que a barriga”, por exemplo, não permite modificações de ordem formal, como a inserção de um advérbio ou adjetivo, bem como a inversão da ordem de seus elementos constituintes. Além disso, em relação ao sentido, não há como interpretá-la pela soma dos significados de seus componentes. Já a expressão “falar pelos cotovelos”, apesar de também não permitir nenhuma modificação em sua forma, apresenta opacidade semântica em apenas um de seus elementos: “pelos cotovelos”. O verbo falar está sendo empregado em seu sentido usual. Podemos afirmar, portanto, que a primeira expressão apresenta maior grau de fixação do que a última.

As UF receberam, ao longo dos anos, diferentes denominações, conceitos e inúmeras propostas de classificações. A seguir, apresentamos um breve panorama dos estudos fraseológicos relevantes para a realização deste trabalho.

As contribuições de Bally (1909) foram essenciais para o desenvolvimento dos estudos em fraseologia, pois ele dividiu as UF de acordo com os seus graus de fixação, noção que serviu de base para as inúmeras propostas de classificações que surgiram posteriormente. Segundo o autor, o sentido dessas construções é dado pelo todo e não por seus componentes. Bally (1909) denominou de “séries fraseológicas” as combinações mais livres, como “dar um pulo”, e de “UF” as que possuem maior grau de fixação e são indecomponíveis, como “falar de coração aberto”.

Casares (1950) chamou de “locuções” as combinações estáveis de dois ou mais itens lexicais que funcionam como elemento oracional e possuem sentido unitário. Diferentemente de Bally (1909), não examinou construções com certa liberdade. Para ele, “locuções” são expressões totalmente fixas: de sentido único e sem possibilidades de alterações de seus elementos. Esse autor apresentou ainda a análise de “frases proverbiais” e de “ditos populares”.

Zuluaga (1975) examinou a fixação dessas unidades, propondo três tipos: fixação de ordem dos componentes, fixação das categorias gramaticais (de tempo, pessoa, número, gênero) e fixação do inventário dos componentes, isto é, a impossibilidade de acrescentar, suprimir ou substituir os elementos: marca fundamental da fixação. Esse autor analisou o fenômeno da fixação do ponto de vista sintático. Outra importante contribuição de Zuluaga (1975) foi a separação das unidades que não constituem enunciados, “instrumentos gramaticais”, “unidades léxicas” e “sintagmas”, das que constituem enunciados, “frases” e “refrãos”.

Gross (1996) empregou a denominação *expressions figées* para tratar de expressões que estão fixas, congeladas. Apresentou as características dessas construções linguísticas, bem como testes sintáticos<sup>2</sup> que servem para a comprovação de seus graus de fixação. Por meio dos testes propostos por esse autor, podemos constatar se uma expressão pode ser considerada

---

<sup>1</sup> “La fijación se entiende como la propiedad que tienen ciertas expresiones de ser reproducidas en el hablar como combinaciones previamente hechas” (ZULUAGA, 1975, p. 130).

<sup>2</sup> São cinco os testes apresentados por esse autor: apassivização, pronominalização, deslocamento, extração e relativização.

UF. Gross (1996), apesar de ter focado seus estudos em aspectos sintáticos, ressaltou que a opacidade semântica e as restrições sintáticas caminham juntas.

Pastor (1996) teve um papel muito importante no desenvolvimento dos estudos fraseológicos do espanhol, pois escreveu um manual de fraseologia desse idioma. Em sua obra, a autora apresentou todas as características de uma UF. Para ela, essas unidades são formadas por dois ou mais itens lexicais, estão institucionalizadas<sup>3</sup>, são estáveis em diversos graus, apresentam peculiaridades sintáticas e/ou semânticas e possibilitam a variação de seus elementos integrantes. Pastor (1996) destacou que, primeiramente, por meio do uso, se produz uma fixação formal e, posteriormente, como consequência, é possível que a expressão que sofreu esse processo apresente uma mudança de sentido. Dessa forma, no seu entendimento, toda a expressão com especialização semântica é fixa, mas o contrário nem sempre é verdadeiro. Assim como Zuluaga (1975), dividiu tais construções em unidades que não constituem enunciados fraseológicos, “colocações” e “locações”, e unidades que constituem enunciados fraseológicos, “parêmsias” e “fórmulas rotineiras”.

Apesar de proporem diferentes denominações e classificações para as UF, em relação ao seu conceito, os autores citados convergem para o mesmo ponto: são expressões de sentido unitário com diversos graus de fixação. Consideramos essa noção importante para o reconhecimento das UF em geral, tanto em língua comum como em linguagem de especialidade. Em relação às relações sintáticas e semânticas que se estabelecem entre os elementos de uma UF para que ela seja fixa, os autores citados apresentaram pontos de vista distintos. Zuluaga (1975) parece ter priorizado os aspectos formais em detrimento das relações de sentido. Gross (1996) aprofundou a descrição de aspectos sintáticos dessas unidades, mas afirmou que a fixação formal e a fixação de sentido ocorrem juntas. Pastor (1996), por sua vez, considerou os aspectos sintáticos como determinantes na fixação de uma unidade que, posteriormente, poderá apresentar uma especialização semântica.

As UF são muito produtivas, tanto na língua comum como em linguagens de especialidade, nas quais adquirem um valor específico na transmissão do conhecimento de uma área técnica ou ciência, e, por esse motivo, merecem ser examinadas.

Na frase “Tua explicação faz sentido”, a expressão sublinhada significa tem lógica. Contudo, quando empregada no meio militar, adquire outro significado, como podemos observar na sentença: “O soldado não fez sentido enquanto passava o comandante”. Para o exército, “fazer sentido” é executar um movimento rápido, tomando uma posição em que o corpo fica ereto e as mãos coladas às coxas. Construções desse tipo são, assim como os termos, essenciais para a interpretação das informações constantes em discursos especializados.

### 3. Caracterização das UFE

Para um melhor entendimento de nosso objeto de estudo em discursos especializados, consideramos importante a diferença entre termo e UFE estabelecida por Gouadec (1994). Segundo o autor, o termo designa um conceito, um objeto ou um processo. Quando uma seqüência deixa de designar e passa a expressar é considerada uma UFE. A frase “O soldado deve sair de serviço após 24 horas” ilustra essa definição. “Serviço” é um termo militar e constitui o núcleo<sup>4</sup> da expressão “sair de serviço”, que expressa um processo, sendo considerada, portanto, uma UFE.

<sup>3</sup> Para Pastor (1996), a repetição, o uso freqüente de uma UF pode acarretar a sua institucionalização.

<sup>4</sup> Ou **um dos** núcleos, conforme a proposta de Bevilacqua (2004) para a caracterização das UFE.

Para a identificação das UFE militares, assim como para a descrição de algumas de suas propriedades sintático-semânticas, consideramos essenciais as contribuições de Bevilacqua (2004), as quais complementam as noções apresentadas por Gouadec (1994) e oferecem mais subsídios para reconhecer e analisar as UFE, bem como para distingui-las das demais Unidades de Significação Especializadas (USE), como os termos.

Com base nas características apresentadas pela autora para a definição das UFE, realizamos pesquisas, por meio da ferramenta eletrônica Corpógrafo, em regulamentos do Exército Brasileiro e identificamos UFE militares.

A seguir, listamos as propriedades apontadas por Bevilacqua (2004) para a caracterização das UFE<sup>5</sup>, juntamente com a interpretação e exemplificação de cada uma delas no discurso militar.

- a. São unidades sintagmáticas formadas por um ou mais termos, núcleo terminológico (NT), e por um núcleo eventivo<sup>6</sup> (NE), o qual recebe essa denominação por ser um verbo, ou derivar de um verbo, nesse caso manifestando-se como nome deverbal ou particípio.

Os exemplos **prestar**<sub>(NE)</sub> **serviço**<sub>(NT)</sub>, **prestação**<sub>(NE)</sub> **do serviço**<sub>(NT)</sub> e **serviço**<sub>(NT)</sub> **prestado**<sub>(NE)</sub> ilustram, respectivamente, as estruturas mencionadas pela autora.

- b. O NT tem valor referencial e categoria nominal, possuindo um caráter denominativo.

É o caso do NT **serviço**, citado nos exemplos anteriores. Esse termo designa uma atividade militar.

- c. O NE é de categoria verbal ou deriva de um verbo e denota ações e processos específicos de uma área técnica ou ciência.

Os NE dos exemplos anteriores, **prestar**, **prestação** e **prestado**, não são tipicamente militares, porém, juntamente com o termo **serviço**, especificam ações e processos dessa área.

- d. Entre os dois núcleos se estabelecem relações sintáticas e, principalmente, semânticas, estas determinadas pelas condições pragmático-discursivas, o que dá à unidade um caráter estável<sup>7</sup>.

Em **prestar serviço** notamos certa fixação de ordem sintática, pois não é aceitável, por exemplo, inverter a ordem dos elementos, bem como inserir advérbios ou artigos, sob pena de modificar o significado da expressão. Ou seja, as relações de sentido, as quais são determinadas pelas situações pragmático-discursivas, conferem estabilidade à unidade.

- e. São unidades que adquirem significado especializado pelas características dos textos em que são empregadas.

---

<sup>5</sup> As características apresentadas por Bevilacqua (2004) para a definição das UFE são oriundas das conclusões obtidas em sua tese, na qual descreve as UFE “eventivas” no âmbito da energia solar.

<sup>6</sup> A autora utiliza a denominação “eventiva” para se referir às unidades formadas por ou derivadas de verbos que denotam processos e ações. Ressalta que os verbos “eventivos” são mais dinâmicos em oposição aos que denotam situações (estados e posições).

<sup>7</sup> A autora prioriza as relações semânticas que ocorrem entre os elementos das UFE para explicar sua fixação, diferentemente das propostas mencionadas para a fixação das UF na língua comum.

A expressão “assessorar o comandante”, por exemplo, apesar de conter um termo militar, “comandante”, não parece transmitir um conhecimento específico dessa área, visto que qualquer pessoa pode ser assessorada. Entretanto, no discurso militar, somente o comandante, por ser um oficial superior em função de chefia, é assessorado por um subordinado. Soldados, sargentos, tenentes, entre outros, jamais recebem assessoria. Além disso, não é aceitável a substituição do verbo por outro de significado semelhante, como ajudar, o que seria possível no âmbito da língua comum.

- f. Podem ser compreendidas como Unidades de Significação Especializadas (USE) e passam a ter um caráter de unidades transmissoras de conhecimento específico de uma área técnica ou ciência.

A unidade “assessorar o comandante” exemplifica a especificidade de sentido que certas expressões adquirem em contextos especializados, fazendo com que sejam consideradas, assim como os termos, USE.

#### 4. O discurso militar

É importante ressaltar que a linguagem militar é aquela que pertence às Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica, de forma geral ou específica. Uma expressão empregada nas três forças, como “tirar serviço”, é considerada militar, assim como uma expressão restrita à Aeronáutica, por exemplo, como “abastecer a aeronave”. As expressões analisadas neste trabalho são aquelas utilizadas pelas três forças ou pertencentes somente ao Exército. As unidades específicas da Marinha e da Aeronáutica não foram examinadas.

A linguagem militar ainda é pouco explorada pelos lingüistas, prova disso são a carência de pesquisas e a existência de um número pequeno de dicionários e glossários desse discurso especializado. Os dicionários da área são quase todos bilíngües. Os mais encontrados em bibliotecas do Exército Brasileiro são: Dicionário Inglês-Português de Termos Militares (1960), de Homero de Castro Jobim, e Dicionário de Termos Militares Português-Inglês/Inglês-Português (1980), editado pelo Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias. Essas obras foram compiladas por militares com a finalidade de preparar e auxiliar oficiais, sargentos e soldados brasileiros designados para servirem em missões no exterior. O léxico desses dicionários foi retirado de livros de estratégia militar e regulamentos norte-americanos e ingleses.

A consulta a essas obras foi importante para nos certificarmos se alguns vocábulos ou combinações eram, de fato, considerados termos militares pelos profissionais da área.

As fontes utilizadas para a pesquisa e coleta das UFE foram oito regulamentos internos do Exército Brasileiro, os quais estabelecem normas de conduta, de acordo com a hierarquia e disciplina, e descrevem as atividades, atribuições e responsabilidades dos militares conforme seus cargos e funções.

Os regulamentos do Exército Brasileiro são destinados ao público interno, aos militares ou àqueles que trabalham em quartéis, e normatizam todos os procedimentos adotados na rotina dos profissionais dessa área. Por esse motivo, acreditamos que haja um maior número de UFE nesses documentos do que nas leis militares, visto que os regulamentos descrevem as atividades a serem executadas, apresentando mais processos e, portanto, mais UFE do que as leis, as quais citam normas e exploram conceitos, possuindo, talvez, um maior número de termos.

O *corpus* deste trabalho é formado por oito regulamentos: Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial

Militar das Forças Armadas, Regulamento de Administração do Exército, Regulamento Disciplinar do Exército, Regulamento do Comando de Operações Terrestres, Regulamento da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial, Regulamento dos Colégios Militares e Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército.

## 5. Seleção das unidades analisadas

Com base na definição proposta por Bevilacqua (2004) para as UFE, buscamos, com o auxílio do Corpógrafo, construções formadas por termos militares e por verbos ou categorias derivadas de verbos (nomes deverbais e participípios). Para tanto, inicialmente, decidimos buscar os termos militares para depois verificar com que estruturas verbais ou deverbais eles se combinam. Realizamos, então, a pesquisa “Estudo de N-Gramas”, que fornece uma relação com todos os “possíveis” itens lexicais existentes no *corpus*. Excluímos da lista inicial sinais de pontuação, conjunções, números cardinais e números romanos, os quais não são relevantes para a pesquisa dos termos.

Como o nosso objetivo foi analisar somente as unidades nucleares, isto é, as específicas do discurso militar, e não as periféricas, as quais pertencem a outras áreas que fazem interface com esse discurso, como a jurídica e a administrativa, descartamos tudo o que não pode ser considerado termo específico da linguagem militar, como “administração”, “exame de pagamento”, “artigo”, “crime doloso”, entre outros.

Outro critério utilizado para a seleção dos termos examinados foi a frequência. Analisamos apenas os itens que apresentam duas ou mais ocorrências.

Permaneceram na lista 4.186 candidatos a termos. Para reduzirmos essa relação, observamos os contextos de ocorrência em que os candidatos aparecem, além de consultar os dicionários militares já citados para verificar quais itens constam nessas obras e são considerados termos pelos profissionais da área militar.

Para este trabalho, não foi possível examinar detalhadamente todos os termos existentes nos regulamentos pesquisados, bem como suas combinações com estruturas verbais ou deverbais. Decidimos, então, buscar todas as construções formadas pelos cinco termos que apresentam um maior número de ocorrências: “comandante”, “militar”, “serviço”, “exército” e “oficial”.

O passo seguinte foi realizar outro tipo de pesquisa no Corpógrafo, a “Concordância Janela”, a qual nos forneceu todas as combinações desses termos com três, dois, ou um item, a sua esquerda.

Realizamos o mesmo procedimento com os outros quatro termos e, a partir da análise do contexto em que aparecem, extraímos as construções que podem ser consideradas UFE do discurso militar.

A verificação das expressões nos textos em que ocorrem foi fundamental para o reconhecimento das UFE militares. De acordo com Cabré (2006), os aspectos comunicativos são indispensáveis para analisar e explicar a ativação do valor terminológico das unidades léxicas.

Com o tipo de pesquisa realizada, foram encontradas UFE formadas por verbos e nomes deverbais, como “receber o serviço”, “entrar de serviço”, “movimentação do militar”, “substituição de oficial”, entre outras. No entanto, constatamos que, para encontrar as unidades formadas por participípios, muito produtivas no discurso analisado por Bevilacqua (2004), deveríamos efetuar outro tipo de busca. Por esse motivo, foi realizada mais uma pesquisa de “Concordância Janela” com cada um dos cinco termos citados anteriormente, na qual fizemos o movimento contrário, digitando o termo e pedindo três janelas à direita, para

verificarmos outras combinações possíveis com cada termo. Mais uma vez, consultamos os contextos de ocorrências para comprovar se as unidades encontradas eram, de fato, UFE.

## 6. Análise das UFE militares

Ao final das investigações realizadas, somando as expressões formadas pelos cinco termos elegidos, “comandante”, “militar”, “serviço”, “exército” e “oficial”, encontramos 123 UFE militares e 207 ocorrências dessas unidades<sup>8</sup>.

Como mencionamos anteriormente, uma das propriedades apresentadas por Bevilacqua (2004) para considerar uma unidade como UFE é a relação semântica estabelecida entre o NT e o NE. As UFE militares que identificamos possuem apenas cinco termos do Exército Brasileiro. Não há dúvida quanto ao conhecimento especializado que transmitem esses termos. Em relação aos NE, verificamos que, se analisados separadamente, não veiculam conhecimento específico da área militar. Somente na relação com os NT é que os NE adquirem um significado restrito ao âmbito do Exército, como podemos observar nas unidades “entrar de serviço” e “prestar continência”. Essas unidades apresentam verbos empregados com frequência na língua comum, porém - quando combinados com os NT “serviço” e “continência” - expressam ações típicas do meio militar.

É importante salientar que, apesar de os termos serem especializados, nem todas as expressões formadas por eles são UFE. A expressão “falar com um oficial”, mesmo sendo formada por um termo, não transmite conhecimento específico da área militar. A relação semântica entre o NT e o NE, portanto, é essencial para saber se uma expressão é, realmente, uma UFE militar.

Além disso, de acordo com Bevilacqua (2004), é essa relação que indica o grau de fixação das UFE. Para a autora, primeiro se dá a fixação semântica e, conseqüentemente, ocorre a fixação sintática. Esse enfoque difere das propostas feitas pelos autores mencionados, os quais pesquisaram esse fenômeno na língua comum, como Zuluaga (1975), Gross (1996) e Pastor (1996).

No âmbito militar, confirmamos o ponto de vista da autora. A expressão “fazer sentido”, já citada, na língua comum permite algumas modificações. É possível dizer, por exemplo, “Isso não faz muito sentido”. No entanto, na linguagem militar, tal unidade apresenta uma especialização semântica, não permitindo esse tipo de inserção, bem como qualquer outra modificação. Não se pode dizer, por exemplo, “O soldado fez pouco sentido” ou “O militar deve fazer muito sentido diante de seu comandante”.

Em relação à estrutura das UFE militares, é importante ressaltar que as maiores ocorrências das UFE encontradas, até o momento, são as formadas por nomes deverbais, seguidas pelas construções com verbos e com participípios. A seguir, apresentamos os padrões morfossintáticos das UFE militares, bem como alguns exemplos.

Ndev + Prep + Art + N – “apresentação do militar”

Ndev + Prep + N – “troca de serviço”

Ndev + Prep + Art + N + N – “prorrogação do serviço militar”

V + Art + N – “assessorar o comandante”

V + Prep + Art + N – “concorrer ao serviço”

V + Prep + N – “sair de serviço”

V + Art + N + N – “acompanhar a instrução militar”

---

<sup>8</sup> É importante ressaltar que examinamos somente as propriedades das UFE que apresentam duas ou mais ocorrências no *corpus* analisado.

V + N – “prestar serviço”

V + V + Art + N – “deve designar um oficial”

N + Particípio – “serviço prestado”

N + Particípio + Prep + Art + N – “oficial designado pelo comandante”

A grande maioria das unidades encontradas nos regulamentos militares são formadas por um NE e por um NT. Todavia, encontramos duas construções, uma ocorrência de cada uma delas, com verbos que denotam estados, “**estar** de serviço” e “**permanença** em serviço!”, os quais não podem ser considerados “eventivos”. Foram apenas duas ocorrências, mas são unidades que possuem peculiaridades semânticas no discurso militar e merecem ser analisadas posteriormente. Além disso, é possível que, em um universo maior de regulamentos do Exército, essas unidades apareçam mais vezes, assim como outras construções com o mesmo tipo de verbos.

Por meio das unidades encontradas, é possível ter uma noção de como são formadas as UFE militares e de algumas de suas propriedades sintático-semânticas. Contudo, é importante salientar que este é um estudo preliminar, pois foram pesquisados oito dos regulamentos do Exército Brasileiro e expressões formadas por apenas cinco dos termos desse discurso. Para se chegar a uma conclusão mais representativa acerca da fraseologia militar, é necessário examinar mais regulamentos, bem como uma quantidade maior de UFE militares. Além disso, consideramos importante realizar outros tipos de pesquisas por meio do Corpógrafo ou de outra ferramenta eletrônica.

Não obstante, apesar de não apresentar dados definitivos sobre a fraseologia militar, este trabalho traz resultados relevantes para a identificação das UFE militares e para a distinção dessas unidades dos termos do Exército Brasileiro.

## 7. Considerações finais

Nosso objetivo foi, principalmente, identificar UFE militares, além de analisar, de forma breve, algumas de suas propriedades sintático-semânticas. Para tanto, em um primeiro momento, realizamos um estudo das UF na língua comum, para verificar sua definição e suas características. Posteriormente, tomamos como base as contribuições de Gouadec (1994) e, sobretudo, as de Bevilacqua (2004).

Constatamos o caráter fundamental das relações semânticas entre o NT e o NE para que uma unidade possua um valor especializado, sendo, portanto, uma UFE militar. Além disso, verificamos que a maioria das unidades do discurso militar examinadas até o momento apresenta um NE e um NT, porém encontramos duas ocorrências com verbos que denotam estados, os quais não podem ser considerados como NE. É possível que, em um *corpus* maior, haja mais ocorrências de unidades com esse tipo de verbos.

Pretendemos, por meio deste trabalho, oferecer subsídios para a tradução de documentos militares e para a elaboração de dicionários e glossários do Exército Brasileiro, os quais não contemplam as UFE.

Este trabalho, como já foi mencionado, não traz dados definitivos acerca das UFE militares, mas apresenta uma noção de como são formadas tais unidades. Os próximos passos serão a pesquisa e a análise de um maior número de UFE militares, bem como uma descrição mais detalhada dos aspectos sintático-semânticos, além da análise de aspectos pragmático-discursivos, os quais são fundamentais para o estudo das UFE.

## Referências

- BALLY, C. *Traité de stylistique française*. Paris: Klincksieck, 1951.
- BEVILACQUA, C. R. Unidades Fraseológicas Especializadas Eventivas: descrição y reglas de formación en el ámbito de la energía solar. Tese de doutorado. Universidad Pompeu Fabra, Barcelona, 2004.
- CABRÉ, M. T. Morfología y terminología. En Felú, Elena. *La morfología a debate*. Jaén: Universidad de Jaén, p. 131-144, 2006.
- CASARES, J. *Introducción a la lexicografía moderna*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992.
- DICIONÁRIO DE TERMOS MILITARES PORTUGUÊS-INGLÊS INGLÊS-PORTUGUÊS. S.l.: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1980.
- GOUADEC, D. Nature et traitement des entités phraséologiques. *Terminologie et phraséologie. Acteurs et aménageurs: Actes de la deuxième Université d'Automne en Terminologie*. Paris: La Maison du Dictionnaire, p. 167-193, 1994.
- GROSS, G. La notion de figement. In: *Les expressions figées en français*. Paris: Ophrys, p. 9-23, 1996.
- \_\_\_\_\_. Une classification des phrases figées du français. In: *Revue québécoise de linguistique*, v. 11, n. 2, p. 151-185, 1982.
- JOBIM, H. C. *Dicionário Inglês-Português de Termos Militares*. Porto Alegre: Editora Livraria do Globo, 1960.
- PASTOR, G. *Manual de fraseología española*. Madrid: Gredos, 1996.
- REGULAMENTO Interno e dos Serviços Gerais, Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, Regulamento de Administração do Exército, Regulamento Disciplinar do Exército, Regulamento do Comando de Operações Terrestres, Regulamento da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial, Regulamento dos Colégios Militares e Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército. Disponível em: <<http://www.cmpa.tche.br>>. Acesso em: 25 Jan. 2010.
- ZULUAGA, A. La fijación fraseológica. *Thesaurus XXX*, p. 225-248, 1975.